CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

ONG da produtora de “Dark Horse” entra em novo escândalo com contrato suspeito de R$ 114 milhões com a prefeitura de SP

Fonte original: O Cafezinho. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	O Cafezinho (ocafezinho.com)
Autor	Redação
Data de publicação	20/07/2026 10:23
URL original	https://www.ocafezinho.com/2026/07/20/ong-da-produtora-de-dark-horse-entra-em-novo-escandalo-com-contrato-suspeito-de-r-114-milhoes-com-a-prefeitura-de-sp/
Relevância	Baixa · Contratos e dinheiro público · Notícia
Pessoas citadas	Karina Gama, Ricardo Nunes, Janaína Paschoal
Organizações	Instituto Conhecer Brasil (ICB), Polícia Federal, Prefeitura de São Paulo, Complexsys, Banco Master, Secretaria Municipal de Inovação
Data da coleta	01/10/2026 13:03
Situação	Removida desde 16/10/2026 01:35 · última verificação 28/11/2026 21:05
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Do total questionado, cerca de R$ 11 milhões foram pagos a quatro empresas — Make One, Ultra IP, Complexsys e Favela Conectada — sem que a documentação detalhasse área de atuação, pontos de acesso instalados ou escopo das atividades.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / O Cafezinho

RESUMO

Durante a execução, o ICB devolveu cerca de R$ 2 milhões, atribuídos pela prefeitura a irregularidades identificadas, fiscalizações e tarifas bancárias. Um padrão que se repete O episódio se soma a uma sequência de revelações que já colocam a estrutura financeira por trás do filme “Dark Horse” sob escrutínio de múltiplas frentes — investigação da Polícia Federal, suspeita de vínculo com lavagem de dinheiro do crime organizado e agora um contrato público municipal questionado por irregularidades.

A Prefeitura de São Paulo confirmou ter pago R$ 114 milhões ao Instituto Conhecer Brasil (ICB), organização responsável pelo programa Wi-Fi Livre SP e presidida por Karina Ferreira da Gama — dona da produtora GoUp Entertainment, a mesma por trás do filme “Dark Horse”, cinebiografia de Jair Bolsonaro cujo financiamento já é investigado por ligação com o esquema de fraude do Banco Master. Os valores constam de ofício enviado pela gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) em resposta a questionamentos da vereadora Janaína Paschoal (PP). As informações são do Metrópoles.

Como o dinheiro foi distribuído

Segundo o documento, o município pagou R$ 68 milhões entre julho de 2024 e junho de 2025 para instalação e manutenção dos pontos de internet gratuita, e outros R$ 45 milhões entre julho de 2025 e maio de 2026 apenas para manutenção do serviço. Durante a execução, o ICB devolveu cerca de R$ 2 milhões, atribuídos pela prefeitura a irregularidades identificadas, fiscalizações e tarifas bancárias. A meta original — 5 mil pontos de Wi-Fi — foi revista para 3,2 mil, com a prefeitura sustentando que não houve pagamento pelos equipamentos que deixaram de ser instalados.

R$ 13 milhões em notas fiscais sob suspeita

Uma auditoria da própria administração municipal identificou R$ 13 milhões em notas fiscais consideradas suspeitas na prestação de contas do ICB referente ao primeiro semestre de 2025. Em 1º de julho, a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia notificou a entidade sobre inconsistências:

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

descrições genéricas de despesas, ausência de detalhamento dos serviços prestados e notas canceladas após a emissão.

Do total questionado, cerca de R$ 11 milhões foram pagos a quatro empresas — Make One, Ultra IP, Complexsys e Favela Conectada — sem que a documentação detalhasse área de atuação, pontos de acesso instalados ou escopo das atividades. Um pagamento de R$ 500 mil à Favela Conectada teve a nota fiscal cancelada pela própria empresa dias depois de a prefeitura apontar a irregularidade.

Outros R$ 406.752,50 foram pagos, em três parcelas, à JR Feijão Ltda — empresa do setor alimentício —, sob a descrição genérica de "aquisição de material"; as notas também foram canceladas pouco depois, levando a prefeitura a considerar as despesas ilegítimas e exigir devolução. Dois pagamentos à Talk Comunicações, somando R$ 348.484, referentes a um contrato de "comunicação massificada", também foram questionados por falta de comprovação das campanhas realizadas.

O ICB tem 30 dias para justificar as despesas; caso não convença a prefeitura, pode ser obrigado a devolver os valores apontados como irregulares.

Um crescimento financeiro de 170 vezes em três anos

O dado que mais chama atenção sobre o próprio instituto é sua trajetória financeira: o faturamento saltou de R$ 306 mil no fim de 2022 para R$ 54 milhões ao fim de 2025 — um crescimento de aproximadamente 170 vezes em três anos. Desse total, R$ 51,9 milhões vieram de parcerias e subvenções governamentais, segundo dados da própria entidade.

Por que esse contrato reacende o caso Dark Horse

A conexão entre o Instituto Conhecer Brasil e o filme sobre Bolsonaro não é acessória: Karina Gama, presidente do ICB, é a mesma proprietária da GoUp Entertainment, produtora que recebeu recursos do Banco Master — negociados diretamente entre o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o banqueiro Daniel Vorcaro, hoje preso — para bancar a cinebiografia estrelada por Jim Caviezel.

É esse mesmo fluxo de financiamento que já levou a Polícia Federal a investigar uma possível conexão entre empresas ligadas ao filme e uma rede de lavagem de dinheiro associada ao PCC, e que agora ganha mais uma camada: a de que a mesma produtora à frente do polêmico projeto cinematográfico administra, através de uma ONG, um contrato público de R$ 114 milhões com a maior prefeitura do país, hoje sob suspeita de irregularidades na prestação de contas.

A defesa do instituto

Em nota, o Instituto Conhecer Brasil afirmou não ter recebido notificação sobre os R$ 13 milhões em notas questionadas, e que toda a sua prestação de contas segue dentro da regularidade prevista em contrato, permanecendo à disposição para esclarecimentos às autoridades e à imprensa.

Um padrão que se repete

O episódio se soma a uma sequência de revelações que já colocam a estrutura financeira por trás do filme "Dark Horse" sob escrutínio de múltiplas frentes — investigação da Polícia Federal, suspeita de vínculo com lavagem de dinheiro do crime organizado e agora um contrato público municipal questionado por irregularidades.

Cresce, segundo apurações recentes, o temor dentro do entorno de Flávio Bolsonaro de que o caso evolua para medidas mais duras, como busca e apreensão — um risco que se soma a outros desgastes já

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

acumulados pelo senador, hoje pré-candidato à Presidência, numa reta final de pré-campanha marcada por sucessivas revelações sobre o dinheiro que circulou em torno da produção do filme sobre seu pai.

HISTÓRICO

v1 · 01/10/2026 13:03 · como foi encontrada · página SHA-256 ee8e9a8f2f77df241a35…
16/10/2026 03:06 · Removida pelo veículo (HTTP 404)

Fonte original: https://www.ocafezinho.com/2026/07/20/ong-da-produtora-de-dark-horse-entra-em-novo-escandalo-com-contrato-suspeito-de-r-114-milhoes-com-a-prefeitura-de-sp/ · Coletado em 01/10/2026 13:03 · Gerado em 29/11/2026 00:09

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.